(Tradução)

Interpelação Escrita

Exorto o Governo a clarificar o conceito de renovação urbana e a melhorar os bairros antigos

Em Janeiro do corrente ano, apresentei uma interpelação escrita questionando o Governo sobre o ponto de situação do processo legislativo do "Regime Jurídico de Reordenamento dos Bairros Antigos", o futuro do Conselho Consultivo para o Reordenamento dos Bairros Antigos de Macau e a Coordenação entre o plano de utilização do novo aterro da Zona A e o plano de reordenamento dos bairros antigos. O Governo ainda não respondeu, mas o Chefe do Executivo divulgou e afirmou, recentemente, a extinção do Conselho Consultivo para o Reordenamento dos Bairros Antigos, e que tinha dado instruções ao Secretário para os Transportes e Obras Públicas para proceder a um estudo sobre o conceito de renovação urbana e para continuar a desenvolver os trabalhos respectivos. Acrescentou ainda que vai promover o reordenamento dos bairros antigos e o conceito de renovação urbana, e, ao mesmo tempo, apresentar uma nova proposta de lei à Assembleia Legislativa para apreciação[1].

A política de renovação urbana vem substituir a política de reordenamento dos bairros antigos. O Governo tomou como referência algum aspecto das

[1] Página A03, Jornal Ou Mun, 5 de Março de 2015, Governo extingue o Conselho Consultivo para o Reordenamento dos Bairros Antigos.

立法會 格式八
A-4 規格印件 2014年1月
Formato A-4 Imp. Jan. 2014

experiências do exterior? Esta pergunta ainda aguarda resposta. Segundo as informações disponíveis sobre as experiências do exterior, existe uma ligação estreita entre a renovação urbana[2] e o reordenamento dos bairros antigos[3], uma vez que ambos os conceitos visam o mesmo, isto é, elevar a qualidade de vida da população e aproveitar bem os recursos de terrenos. No entanto, a renovação urbana tem ainda como objectivo a melhoria global do ambiente urbano, a recuperação dos espaços urbanos e a satisfação das necessidades da população[4], trata-se, portanto, de um conceito mais amplo do que o conceito de reordenamento dos bairros antigos. Ao longo destes anos, o Governo não tem promovido a implementação dos trabalhos de reordenamento dos bairros antigos de Macau, portanto, todos os projectos de reconstrução de edifícios que se foram concretizando, aconteceram por iniciativa de empresas construtoras privadas ou de residentes com o apoio de associações. Podemos aprender com as experiências dos territórios vizinhos, onde, normalmente, existem serviços administrativos que tratam, exclusivamente, ou que até se encarregam, dos projectos de renovação urbana, caso de Singapura, com o "Instituto de Renovação Urbana", de Hong Kong, com o "Instituto para a Reabilitação Urbana, de Cantão, onde foi, recentemente, criado, pela primeira vez a nível nacional, o "Instituto de Renovação Urbana de Cantão", e de Taiwan, com o "Grupo de Promoção da

---

[2] Página electrónica sobre a renovação urbana, Departamento da Construção e planeamento urbano do Ministério da Administração Interna de Taiwan http://twur.cpami.gov.tw/about/about.aspx?ABOUTID=2.

[3] Despacho do Chefe do Executivo n.° 354/2005 - é criado o Conselho Consultivo para o Reordenamento dos Bairros Antigos de Macau.

[4] Idem.

Renovação".

O objectivo inicial da criação do Conselho Consultivo para o Reordenamento dos Bairros Antigos de Macau foi o seguinte: "*para que as políticas a definir e as providências a adoptar possam satisfazer as necessidades decorrentes da realidade de Macau, torna-se necessária a criação de um órgão de consulta, com larga representação, com o objectivo de emitir opiniões e sugestões sobre as questões relativas ao reordenamento dos bairros antigos*"[5]. O Governo deve manter essa larga representação, pois trata-se de um elemento importante para poder contar com o apoio dos residentes na implementação da política de renovação urbana.

Nestes termos, interpelo o Governo sobre o seguinte:

1. No seu programa eleitoral, o Chefe do Executivo apresentou o conceito de renovação urbana para promoção dos trabalhos de reordenamento dos bairros antigos, mas como a população em geral não conhece bem tal conceito, solicito ao Governo que o clarifique com a maior brevidade possível. Quais são as vantagens da renovação urbana em relação ao reordenamento dos bairros antigos? A política de renovação urbana abrange tudo o que diz respeito ao reordenamento dos bairros antigos?
2. O Governo deve ouvir as opiniões dos residentes sobre os planos de renovação urbana, com vista a assegurar a eficácia dos trabalhos e a

[5] Idem.

respectiva coadunação com o desenvolvimento social e com as necessidades da população. Como é que vai fazê-lo? A que entidade ou conselho cabe a responsabilidade de elaborar o plano preparatório e de desenvolver os trabalhos necessários?

3. Em 2013, o Governo retirou a proposta de lei sobre o Regime Jurídico de Reordenamento dos Bairros Antigos, e referiu que ia apresentar esse regime jurídico, por partes, começando pelas matérias menos polémicas[6]. Depois de introduzido o conceito de renovação urbana no reordenamento dos bairros antigos, o que é que o Governo vai fazer, para que a proposta de lei seja apresentada, quanto antes, à Assembleia Legislativa?

A Deputada à Assembleia Legislativa da

Região Administrativa Especial de Macau,

Wong Kit Cheng

11 de Março de 2015

[6] Página A03, Jornal Ou Mun, 31 de Maio de 2014, o regime jurídico de reordenamento dos bairros antigos vai ser apresentado, por partes, à Assembleia Legislativa.